

BOLETIM DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS

GABINETE DE COMUNICAÇÃO INSTITUCIONAL E IMPRENSA



MINJUSDH
Ministério da Justiça
e dos Direitos Humanos

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS | GCII | EDIÇÃO Nº 15 | JUNHO DE 2019



Legislação actual já não se adapta à realidade social

De acordo com Bibiana Esteves, Conservadora do Registo de Propriedade Automóvel de Luanda, o regime jurídico, nos dias de hoje, está ultrapassado. A maior parte dos artigos quase já não se adaptam a realidade social. “Mas é o que nós temos e temos de nos basear no que a lei prevê.”



Félix Neto visita serviços da Justiça na Lunda Sul

O Governador visitou as instalações do tribunal, as obras da residência dos Magistrados, Balcão Único do Empreendedor (BUE), Centro Integral de Atendimento ao Cidadão (SIAC) e os serviços de Identificação e do Notariado. No final, manteve um encontro com os funcionários, tendo dirigido palavras de incentivo e conforto.



A MENSAGEM DO MINISTRO



Francisco Queiroz
Ministro da Justiça
e dos Direitos Humanos

Os números da Campanha “Meu BI rumo à cidadania”, que prevê a emissão de Bilhete de Identidade para crianças dos 6 aos 17 anos de idade, continuam a ser animadores. Em três dias, alcançamos uma cifra de perto de 10 mil bilhetes emitidos. Em relação ao BI, a boa nova do novo centro de emissão do Bilhete de Identidade que vai ser inaugurado em Setembro pode fazer os números crescerem ainda mais. Não somente os da campanha, mas de todas as emissões a serem feitas. Trata-se de um centro muito moderno, coisa do primeiro mundo. Isto, sem deixar de referir os centros regionais que vão ser construídos ainda este ano.

FICHA TÉCNICA

Propriedade:

**MINISTÉRIO DA JUSTIÇA
E DOS DIREITOS HUMANOS**

Direcção:

Francisco Queiroz

Edição:

Gabinete de Comunicação
Institucional e Imprensa (GCII)

Fotografia:

Gabinete de Comunicação
Institucional e Imprensa (GCII)

Design:

Marco Rohrbacher

NESTA EDIÇÃO

Discurso do Ministro

III Encontro Nacional sobre Autoridades Tradicionais..... Pág. 3

Registos e Notariados

Conservatória dos Registos de Automóveis Pág. 7

Entrevista

Ministro concede entrevista ao Japan Times Pág. 11

Breves

Governador da Lunda Sul visita os serviços de justiça Pág. 13

Campanha de Moralização em Cabinda Pág. 14

Secretária de Estado recebe Embaixadora dos EUA Pág. 14

Identificação Civil e Criminal

Campanha Meu 1º BI Rumo a Cidadania Pág. 15

Combate a corrupção

Denuncie Pág. 16

III Encontro Nacional sobre Autoridades Tradicionais

Intervenção de Sua Excelência Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Dr. Francisco Queiroz, perante as Autoridades Tradicionais sobre a RECONCILIAÇÃO DOS ESPÍRITOS.



Excelência Senhora Ministra da Cultura, Dra. Carolina Cerqueira, em representação do Sr. Presidente da República Senhor Director da Academia de Ciências Sociais e Tecnologias, nosso anfitrião nesta cerimónia.
Senhor Vice-Governador de Luanda
Senhor Secretário de Estado da Cultura
Senhores Deputados
Senhores Membros do Executivo
Senhores Membros Representantes das Autoridades tradicionais aqui presentes
Senhores Representantes da Academia, Historiadores, especialistas e ciências sociais;
Membros do Corpo Diplomático
Minhas Senhoras e Meus Senhores
Eu gostaria de começar por agradecer a Sra. Ministra da Cultura por ter aberto um espaço nesta cerimónia, e por sinal um espaço privilegiado, para poder proferir esta mensagem.

Aquilo que nós gostaríamos de transmitir e partilhar era sobre reconciliação nacional dos espíritos. Era sobre perdão e cura espiritual das mágoas do passado. De modo a que no futuro não tivéssemos mais dor, mais feridas, mais mágoas nos espíritos, e que o futuro fosse um futuro de tranquilidade, de reconciliação, de paz e de amizade.

Isto tudo porquê?
Porque a guerra terminou. Terminou no dia 4 de Abril de 2002. O acto formal que representa o fim da guerra foi a assinatura do acordo de reconciliação nacional, uma cerimónia muito bonita e que marcou todos os angolanos, uma cerimónia que na verdade todos estávamos à espera. Isso significou uma acção de perdão, perdão recíproco, entre as duas partes que estavam em guerra, e esse perdão deu início à reconciliação nacional.



III Encontro Nacional sobre Autoridades Tradicionais

Intervenção de Sua Excelência Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Dr. Francisco Queiroz, perante as Autoridades Tradicionais sobre a RECONCILIAÇÃO DOS ESPÍRITOS.

Reconciliação que começou com os próprios exércitos que estavam envolvidos, que se extinguiram e os dois exércitos formaram um só: as Forças Armadas Angolana.

O comando destas forças armadas foi integrado por comandantes dos dois exércitos. As tropas dos dois exércitos também foram integradas.

A Assembleia Nacional passou a contar com deputados provenientes das duas partes, para além de deputados de outros partidos. O próprio Executivo teve este gesto de reconciliação ao integrar também pessoas que antes estavam no outro lado, na guerra. E o movimento de reconciliação nacional continuou. Foi um

grande gesto que Angola exerceu e que hoje é um exemplo, não só para África mas para todo mundo. É um caso de estudo este exercício de reconciliação nacional em Angola.

Mas tratou-se da reconciliação das armas, da Paz das armas. Não significa, que a paz dos espíritos já tenha sido conseguida.

Há situações que geraram desconforto espiritual e agora é preciso procurar a paz dos espíritos já que a paz das armas está concluída e o processo de reconciliação está em curso com sucesso.

No ambiente de guerra que decorreu entre 11 de Novembro de 1975, que é a data da nossa independência, e o dia 4 de Abril de 2002, a data em que acabou a guerra, durante este período,

houve situações de aproveitamento do clima de guerra.

Aproveitamento do clima de confusão para acontecimentos que, não tendo directamente a ver com a guerra, no entanto provocaram vítimas.

Houve episódios de eliminação de pessoas, houve episódios de eliminação de adversários políticos, às vezes dentro da mesma organização política.

Houve situações de perseguição de pessoas e de grupos de pessoas por várias razões, algumas políticas, outras às vezes nem tanto, às vezes meras situações subjectivas, até de ciúmes, etc, perseguiam-se pessoas e essas pessoas tornaram-se vítimas de diversas maneiras.



III Encontro Nacional sobre Autoridades Tradicionais

Intervenção de Sua Excelência Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Dr. Francisco Queiroz, perante as Autoridades Tradicionais sobre a RECONCILIAÇÃO DOS ESPÍRITOS.

Houve também o uso da vida de pessoas inocentes, para fins políticos. Neste âmbito houve situações de massacres indiscriminados de inocentes civis que não tinham nada a ver com a guerra. Houve bombas que explodiram em locais públicos, locais de concentração de pessoas inocentes.

Houve outras situações como estas que geraram vítimas inocentes.

É natural que estas vítimas, estejam magoadas. É natural que estas vítimas recordem este passado e é natural que elas precisem de conforto. É preciso que o Estado olhe para estas pessoas. É preciso que estas pessoas sejam de alguma maneira homenageadas. São pessoas que perderam a vida, muitas delas. Outras, não tendo perdido a vida, perderam

pessoas próximas, perderam pessoas que com eles conviviam no dia-a-dia. Essas pessoas precisam de conforto. Essas pessoas, por se sentirem de alguma maneira atingidas, podem ter mágoas, podem ter sentimentos negativos, podem ter uma forma de estar na sociedade que não combine com a paz que nós todos desejamos.

Essas pessoas existem, essas pessoas vivem connosco, essas pessoas são muitas, às vezes estão aqui mesmo nesta sala. Precisamos, portanto, de curar estas mágoas, precisamos de fazer com que os espíritos se apaziguem e precisamos de harmonizar também esta parte da nossa vida.

Já calamos as armas. Agora vamos curar os espíritos, agora vamos procurar estar de bem uns com os outros. E o

perdão. Temos de perdoar, temos de olhar nos olhos uns dos outros com amizade, com fraternidade, porque somos todos filhos da mesma Pátria. Cometeram-se erros no passado, mas vamos olhar para frente, vamos reconciliar-nos do ponto de vista espiritual.

Por causa desta situação, o Presidente da República aprovou o Despacho Nº 73/19 de 16 de Maio. Este Despacho cria a Comissão para a Elaboração de um Plano de Homenagem às Vítimas dos Conflitos Políticos. A Comissão existe e já está a trabalhar, já está a fazer contactos e vamos continuar a trabalhar. Vai chegar o momento (que não está muito distante!) para trabalharmos com as autoridades tradicionais, porque muitas vitimas vi-



III Encontro Nacional sobre Autoridades Tradicionais

Intervenção de Sua Excelência Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, Dr. Francisco Queiroz, perante as Autoridades Tradicionais sobre a RECONCILIAÇÃO DOS ESPIRITOS.

Vem ao lado das autoridades tradicionais. Ali nos kimbos, ali nas boalas, ali nos sítios onde às vezes nem pensamos que há vítimas, há pessoas que sofrem, há pessoas que têm magoas. Então vamos precisar também de trabalhar com as autoridades tradicionais e esta oportunidade que a Sra. Ministra da Cultura nos dá para fazer esta mensagem é exactamente para apelar à colaboração de todos, e neste caso particular apelar às autoridades tradicionais para que nos ajudem a identificar essas pessoas que sofrem, essas pessoas que têm alguma mágoa, para que possamos saber quem são.

No final vamos prestar

uma homenagem a essas pessoas.

A instrução que o Senhor Presidente da República deu, foi a de erguer um monumento.

Um monumento nacional onde os nomes dessas vítimas estarão inscritos, para que seja um monumento onde vamos periodicamente fazer reflexão, prestar homenagem e fazer aquilo que se chamaria o “Komba Nacional”.

Em Umbundo há uma expressão que exprime esta realidade, que é “Okuchakânla Ondalu yó kalié” ou seja, “acender um fogo novo” e deixar as cinzas para o passado, num acto que simboliza perdão, que simboliza o olhar para a frente e

deixar as mágoas para trás. Esse monumento terá esta dimensão cultural e é isto que eu gostaria de partilhar com vocês e pedir às autoridades tradicionais aqui presentes que sejam os transmissores, os veículos desta mensagem para onde forem no regresso deste acto que se realiza aqui hoje.

Nós vamos ao vosso encontro mais tarde, mas gostaríamos que ficassem desde já a saber qual é o propósito deste trabalho.

Muito obrigado a todos.

Luanda, 18 de Junho de 2019

Francisco Manuel Monteiro de Queiroz
Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos



Registo Automóvel

Bibiana Marina S. dos Santos Reis Esteves, Conservadora do Registo de Propriedade Automóvel de Luanda, descreve o funcionamento da Conservatória

Legislação não se adapta à realidade social



A Conservadora do Registo de Propriedade Automóvel disse que a legislação com a sua qual a sua área trabalha já não se adapta a realidade. Bibiana Esteves citou o Decreto n.º 47.957 que Aprova o Regulamento do Registo Automóvel, que foi substituído pelo Decreto n.º 55/75, de 12 de Fevereiro, e o Decreto 47.952, de 27 de Setembro de 1967. Como direito subsidiário, tem recorrido também ao Código do Registo Predial para as situações que o código não prevê para o registo provisório e as hipotecas.

“Esse regulamento e o regime jurídico, nos dias de hoje, estão ultrapassados. A maior parte dos artigos quase já não se adaptam a realidade social. Mas é o que nós temos e temos de nos basear no que a lei prevê.”

A Conservatória de Luanda funciona como uma Direcção Nacional, porque recebe cerca de 95% dos processos a nível nacional. Existem províncias com atribuição de matrícula, como é o caso de Benguela, município do Lobito, Huíla, Cunene, Namibe e Cabinda.

Estas províncias atribuem matrícula e emitem Títulos de Propriedade em forma de cartolina e é manuscrito. A única

que emite Títulos informatizados é a Conservatória do Registo de Automóvel de Luanda e que regista o maior fluxo de processos.

Em Luanda, para além da Conservatória Automóvel, existem cerca nove serviços que fazem a recepção de registos de automóveis, que são: o SIAC Talatona, SIAC Zango, SIAC Cacucaco, a Loja de Registos do Nosso Centro da Gamek, Loja de Registos da Camama, Loja de Registos da Sagrada Esperança, Loja de Registos do Cassenda, Loja de Registos do Bairro Popular e a Loja de Registos do Cazenga.

Registo Automóvel

Conservadora do Registo de Propriedade Automóvel de Luanda descreve o funcionamento da Conservatória

Todos esses serviços servem apenas para a recepção de documentos, pois nenhum deles possui a aplicação informática. Após a recepção de todos os papéis, o trabalho de triagem pertence à Conservatória do Registo Automóvel, pois em todas as Conservatórias de Registo existe uma Conservatória Automóvel.

Existem províncias que também enviam Registos à Conservatória de Registo Automóvel de Luanda, como é o caso de Benguela, o SIAC de Benguela, Huíla, Malanje, Uíge, Namibe, Huambo, Cabinda, Cuanzas Sul, Cuanza Norte, Moxico, SIAC Moxico, Cuando Cubango, Cunene, Zaire, município do Lobito e, excepcionalmente, a província da Lunda Sul que, por vezes, num ano, envia 2 ou 3 processos, totalizando aproximadamente 30 serviços que remetem processos para a Conservatória de Registo Automóvel de Luanda.

Após a recepção dos proces-

sos, a Conservatória de Registo Automóvel de Luanda dá início a uma séria de procedimentos que começa com a triagem, entrada nos livros, registo e inserção no sistema informático, impressão dos títulos, plastificação, corte e autenticação. Importa referir que todo o processo é feito de forma manual e que o Título de Propriedade não obedece os padrões internacionais.

para os documentos. Existem aqueles ISOS internacionais e o nosso é grande por isso têm muitos problemas de aceitação a nível internacional e regional SADC. Nos Workshops que o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos participa, tem sido muito criticado porque para além da qualidade do material o tamanho já devia ser reduzido.



Registo Automóvel

Conservadora do Registo de Propriedade Automóvel de Luanda descreve o funcionamento da Conservatória

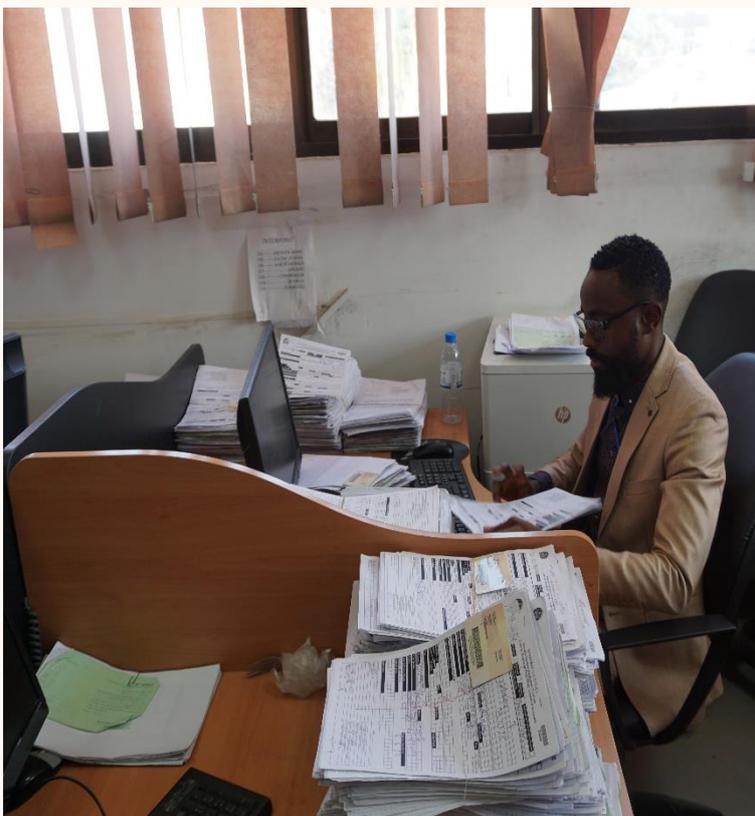
Todos os serviços citados funcionam como conservatórias intermediárias, a lei exige que as conservatórias tenham competência territorial, isto significa que o Conservador do Lobito não pode assinar um título de Luanda, obrigatoriamente têm que enviar o processo pra Luanda que, por sua vez, verifica os documentos que, se estiverem em conformidade, são enviados para os respectivos serviços.

A Conservatória de Registo Automóvel ficou cerca de três anos e meio, isto é desde 2016, sem imprimir os títulos de propriedade por falta de material, visto que o fornecedor era estrangeiro por

causa dos problemas de divisas.

No ano passado, em Agosto, o Ministério da Justiça conseguiu adquirir o material, a Conservatória teve de evidenciar esforços com o Cofre Geral, que resultaram na contratação de um fornecedor nacional. Recriado o layout todo do título, após vários testes de visualização, por fim foi aprovado. Por falta de material, tinham sido acumulado cerca de 160 mil títulos por se imprimir.

Iniciado o processo em Agosto do ano passado (2018), segundo a estatística do sistema, até semana passada já haviam sido impressos cerca de 65 mil



Registo Automóvel

Conservadora do Registo de Propriedade Automóvel de Luanda descreve o funcionamento da Conservatória



títulos. Num prazo razoável de duas semanas, poderá ser atingida a meta de 80 mil títulos impressos que deverão ser distribuídos para os diversos serviços em várias províncias.

Quanto ao tempo de entrega, existe a regra da prioridade do registo que se resume em que quem der entrada primeiro, o título também tem de ser entregue primeiro. Mas, infelizmente, regista-se um atraso. Por esse motivo, os funcionários da Conservatória trabalham até aos sábados.

O atendimento aos utentes é feito até a sexta-feira e nos sábados os trabalhos

internos continuam, por causa das reclamações e os atrasos. Criaram-se grupos de 20 funcionários, constituídos não apenas pelos da Conservatória do Registo Automóvel, mas também funcionários colocados nos SIACS, que trabalham das 8h até as 12h, para fazer a impressão massiva, dado o número elevado de documentos.

Após a impressão, os títulos são catalogados, o que significa arrumar por série (A, B, C) e por números de 1 até ao infinito.

Segundo a Conservadora do Registo de Propriedade Automóvel, “é um trabalho muito cansativo, mas é o que temos e temos de trabalhar.

Nessa altura do campeonato, estaríamos a desenhar uma outra aplicação mais avançada que consiga fazer todos os passos que o funcionário faz de forma manual nomeadamente:

Plastificar, cortar, catalogar e organizar por séries.”

Reforçou que “o modelo que utilizamos é muito arcaico e já não se usa. Para constatação, visitei outras Conservatórias de outros países como Brasil e Portugal onde verifiquei que o processo é mais evoluído do que o nosso.”



Entrevista

Francisco Queiroz, Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, concede entrevista ao Japan Times

Durante a entrevista, o Ministro falou sobre as atribuições e projectos do Ministério. Explicou que a justiça é um sector transversal quando se trata de desenvolvimento económico e social, em primeiro lugar por tratar da cidadania das pessoas, quer as pessoas físicas quer as pessoas colectivas. Todos têm de ter documentos que são tratados pelo Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos.

No caso de pessoas singulares, há o Assento de Nascimento, o Bilhete de Identidade e outros.

Para pessoas colectivas são as constituições de empresas e sociedades comerciais e as organizações da sociedade civil. Para além disso, em Angola o Ministério da Justiça tem agregado os Direitos Humanos, daí ter a denominação de Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos. Sendo que hoje em dia os Direitos Humanos estão presentes em toda a actividade, felizmente temos uma visão para lidar com qualquer um desses aspectos.

No domínio do Registo Civil, há uma estratégia que nos vai levar até ao final



Entrevista

Francisco Queiroz, Ministro da Justiça e dos Direitos Humanos, concede entrevista ao Japan Times

dessa legislatura possamos estender a todo o país postos de registo civil dos cidadãos, quando o cidadão nascer deve dirigir-se a um posto de registo para efectuar o mesmo, pois se não tiver registo posteriormente não consegue ter Bilhete de Identidade e se não tiver Bilhete de Identidade não estará incluído na economia (sociedade), e se não estiver incluído na economia não paga imposto, não pode fazer registo da propriedade no seu nome e é um excluído da economia. Então esse é um problema fundamental da sociedade. É nossa prioridade para este ano resolvermos isso. Temos de facto a solução para a resolução.

O Bilhete de Identidade, felizmente, já funciona. Em todos os municípios há um posto de emissão do Bilhete de Identidade e agora vamos alargar isso muito mais para o nível da comuna, pois a unidade administrativa mais pequena é a comuna.

Quanto as condições técnicas, existem. Temos o novo centro de emissão do Bilhete de Identidade que vai ser inaugurado em Setembro. Trata-se de um centro muito moderno, na verdade, coisa do primeiro mundo, e os centros

regionais que vão ser construídos ainda este ano.

Portanto, quer do ponto de vista físico, de infraestruturas, quer do ponto de vista tecnológico, o país vais estar em condições de resolver o problema definitivamente de emissão do Bilhete de Identidade.

O nosso grande desafio é o capital humano, cada uma das empresas que cooperam connosco têm responsabilidades acrescidas na formação e têm responsabilidades de transferir o know-how para que os nossos funcionários possam prosseguir de modo autónomo com essa tarefa quando os contratos terminarem.



Breves

Lunda Sul

O Governador provincial da Lunda Sul, Daniel Félix Neto, efectuou, no dia 19 de Junho de 2019, uma visita aos serviços de justiça. A visita foi guiada pelo Delegado Provincial da Justiça e dos Direitos Humanos da Lunda Sul, Izildo Gonçalves. O Governador visitou as instalações do tribunal, as obras da residência dos Magistrados, Balcão Único do Empreendedor (BUE), Centro Integral de Atendimento ao Cidadão (SIAC) e os serviços de Identificação e do Notariado. No final, manteve um encontro com os funcionários, tendo dirigido palavras de incentivo e conforto.



Breves

Moralização em Cabinda

A Campanha de Moralização para o Combate à Corrupção e à Impunidade e o refrescamento do Código de Conduta para os funcionários do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos chegou, esta semana, a província de Cabinda. Foram contemplados os funcionários das Identificação Civil e Criminal, Registos e Notariados bem como dos Tribunais e da PGR.



Secretária de Estado dos Direitos Humanos recebe Embaixadora dos Estados Unidos de América

O encontro aconteceu nesta quarta-feira, dia 19 de Junho de 2019, no Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, e tratou de assuntos relativos aos Direitos Humanos.



Breves

Moralização em Cabinda

A Campanha de Moralização para o Combate à Corrupção e à Impunidade e o refrescamento do Código de Conduta para os funcionários do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos chegou, esta semana, a província de Cabinda. Foram contemplados os funcionários das Identificação Civil e Criminal, Registos e Notariados, Tribunais bem como a Procuradoria Geral da República.



Secretária de Estado para os Direitos Humanos e Cidadania recebe Embaixadora dos Estados Unidos de América

O encontro aconteceu nesta quarta-feira, dia 19 de Junho de 2019, no Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, e tratou de assuntos relativos aos Direitos Humanos.



IDENTIFICAÇÃO CIVIL E CRIMINAL

campanha Meu 1 BI Rumo à Cidadania.

Campanha “Meu 1º BI Rumo à Cidadania”

Emitidos mais de 10 mil BI para crianças em 3 dias



MEU 1º BI PRIMEIRO RUMO À CIDADANIA!

JUNHO de 2019

SÁBADOS Das 8h às 13h

1 | 8 | 15 | 22 | 29

Horário especial de emissão do Bilhete de Identidade para crianças e adolescentes dos 6 aos 17 anos.

MAIS INFORMAÇÕES 222 670 670

DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

Para o primeiro BI

- Assento de Nascimento¹⁾ OU Certidão Narrativa Completa do Registo de Nascimento
- Cópias dos Bilhetes de Identidade dos progenitores (pais)

Para segunda via e renovação

PARA RENOVAÇÃO²⁾ DO BI:

- Bilhete de Identidade Original

PARA 2ª VIA³⁾ (EXTINÇÃO, PERDA OU DESTROÇÃO):

- Cópia do BI + Participação passada pela Polícia Nacional + Assento de Nascimento

CÉDULAS E BOLETINS

1. Cópia válida até 30 de junho, com o encerramento das inscrições em 29 de junho, às 13h.
2. Cópia válida até 30 de junho, após o encerramento das inscrições em 29 de junho, às 13h.

A campanha “Meu Primeiro BI Rumo à Cidadania”, que decorre desde o dia 1 de Junho, numa promoção do Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos permitiu a emissão, em todo o país, de 10.797 (dez mil e setecentos e noventa e sete) Bilhetes de Identidade.

A província de Luanda emitiu o maior número de Bilhetes de Identidade: 4.667. As demais províncias emitiram 6.130.

A campanha decorre aos sábados, das 8h às 13h, em todas as repartições de Identificação Civil e Criminal, e tem como público alvo crianças com idades compreendidas entre os 6 e 17 anos.

No primeiro dia da campanha, que coincidiu com a festa da celebração do Dia 1 Internacional da Criança, foram emitidos 1.755 Bilhetes de Identidade.

No segundo dia da campanha o número atingido foi de 3.814 Bilhetes de Identidade emitidos.

No terceiro dia da campanha emitidos 5.228.

A campanha prosseguirá até ao dia 29 de Junho. No final voltaremos com mais informações sobre os resultados alcançados.



DENUNCIE

No âmbito do programa de Combate à Corrupção, o Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos, criou um contacto e um portal de denúncias.



República de Angola
Ministério da Justiça e dos Direitos Humanos
Gabinete de Comunicação Institucional e Imprensa

Se Presenciar

Algumas Destas

Situações...

Assédio

Suborno

Peculato

Conflito de Interesses

Nepotismo

Tráfico de Influências

Outros Crimes

DENUNCIE

937 50 76 76

Diga não à corrupção

...Nestes Locais

Conservatórias/
Notários

Postos de
Identificação

GUE's

BUE's

Sede do MJDH

Tribunais de
1ª Instância

Os Nossos Valores: Transparência, Lealdade e Rigor

GCII / 2019

OS NOSSOS VALORES

TRANSPARÊNCIA - para combater a fraude, a desonestidade, a ilicitude e a corrupção.

LEALDADE - para manter o comprometimento com o programa do Executivo, as linhas de orientação do Titular do Executivo, a subordinação hierárquica, alinhados aos mesmos princípios de solidariedade, de amizade, de respeito e de cumplicidade institucional corporativa.

RIGOR - para garantir a qualidade e os padrões de excelência no trabalho, a observância estrita das regras e das boas práticas, o uso de métodos científicos e o combate ao espontaneísmo, ao empirismo e à falta de brio profissional.